

# *Superior Tribunal de Justiça*

**EDcl nos EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.529.042 - RS  
(2019/0181314-4)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**EMBARGANTE : HILARIO SZIMANSKI**  
**ADVOGADO : THALES ANDRÉ TIBOLA - RS094301**  
**EMBARGADO : COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS DE IBIRAIARAS - SICREDI IBIRAIARAS RS**  
**ADVOGADOS : TOM BRENNER - RS046136**  
**EDUARDO MACHADO DE ASSIS BERNI - RS045845**

## **EMENTA**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS RECURSAIS. ART. 85, § 11, DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE VINCULAÇÃO COM O PERCENTUAL MÍNIMO DE 10% PREVISTO NO ART. 85, § 2º, DO REFERIDO DIPLOMA PROCESSUAL. EMBARGOS REJEITADOS.

## **DECISÃO**

Trata-se de embargos de declaração opostos por Hilario Szimanski à decisão de fls. 356-358 (e-STJ), que, com amparo no art. 85, § 11, do CPC/2015, fixou honorários recursais em favor do seu advogado, majorando para R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais) o valor que havia sido estipulado no Tribunal de origem.

Alega o embargante que a decisão seria contraditória, pois, mesmo reconhecendo o direito, não o concedeu, em sua integralidade. Isso porque "o Novo Código de Processo Civil estabeleceu critérios objetivos para a fixação dos honorários sucumbenciais, atrelando-os ao valor do proveito econômico obtido" (e-STJ, fl. 361).

Desse modo, sempre que possível, e considerando a mensuração do benefício processual alcançado, os honorários devem ser fixados no patamar mínimo de 10% sobre o valor atualizado da causa, em consonância com o art. 85, § 2º, do NCPC.

Impugnação apresentada às fls. 367-370 (e-STJ).

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brevemente relatado, decido.

No caso, não procede a alegação do embargante de que, por força do art. 85, § 2º, do CPC/2015, a fixação da verba honorária deveria observar o percentual mínimo de 10% sobre o valor atualizado da causa.

É que os honorários aqui discutidos são aqueles previstos no § 11 do referido dispositivo processual, que tem o seguinte teor:

O Tribunal, ao julgar recurso, majorará os honorários fixados anteriormente levando em conta o trabalho adicional realizado em grau recursal, observando, conforme o caso, o disposto nos §§ 2º a 6º, sendo vedado ao tribunal, no cômputo geral da fixação de honorários devidos ao advogado do vencedor, ultrapassar os respectivos limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º para a fase de conhecimento.

Portanto, não se trata da fixação originária de honorários, ou da sua alteração em consequência da redistribuição dos ônus sucumbenciais, mas, tão somente, de um acréscimo ou majoração do valor que já havia sido estipulado nas instâncias ordinárias.

Tanto assim, que para fazer jus aos honorários recursais, não é exigível a comprovação de trabalho adicional do advogado do recorrido no grau recursal, tratando-se apenas de critério de quantificação da verba. Contudo, a majoração a esse título só será devida se a verba honorária sucumbencial tiver sido arbitrada desde a origem no feito em que interposto o recurso (EDcl no AgInt no REsp n. 1.573.573/RJ, desta relatoria, Terceira Turma, DJe de 8/5/2017).

Cuida-se, dessa maneira, da imposição de verba honorária que não se confunde com aquela de primeira instância e que é devida na intenção de evitar a interposição temerária de recursos, a despeito da previsão de multa por litigância de má-fé e pela oposição de embargos de declaração protelatórios.

No caso em análise, como houve o desprovimento do recurso da parte adversa (e-STJ, fls. 307-309) e os honorários sucumbenciais foram estipulados no Tribunal de origem em R\$ 1.000,00 (mil reais – e-STJ, fl. 179), esse valor foi majorado para R\$

# *Superior Tribunal de Justiça*

1.200,00 (mil e duzentos reais), com amparo no art. 85, § 11, do CPC/2015, sem nenhuma vinculação, portanto, com o percentual mínimo de 10% sobre o valor atualizado da causa, de que trata o art. 85, § 2º, do mesmo diploma legal.

Diante do exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se.

Brasília, 21 de novembro de 2019.



MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator